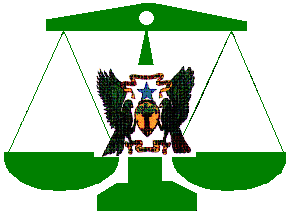
***RELATÓRIO DE ACTIVIDADES***



**DO ANO 2010**

***RELATÓRIO DE ACTIVIDADES***

**2 0 1 0**

# *i)* *Nota de Apresentação*

A apresentação do Relatório do Tribunal de Contas constitui o cumprimento de uma imposição regulamentar estipulada nos termos do disposto no artigo 79.ºdo Regulamento Interno do Tribunal de Contas, publicado no Diário da República n.º 15, de 27 de Outubro de 2003, por via da qual é tornada pública a actividade desenvolvida pelo Tribunal de Contas e pelos seus Serviços de Apoio em cada exercício.

*De acordo com a referida disposição regulamentar, o Relatório é elaborado pelo Presidente e aprovado pelo Plenário, após o que é publicado e enviado ao Presidente da República, à Assembleia Nacional, ao Governo, até 31 de Maio do ano seguinte àquele a que diga respeito.*

*O presente Relatório, respeitante ao exercício de 2010, é constituído por quatro partes, a saber: Introdução, Missão e Campos de Actuação do Tribunal, Recursos Disponíveis e Actividade Desenvolvida, integra em anexo, a Conta Certificada e o parecer do auditor externo para o efeito, seleccionado por concurso público.*

*Na parte relativa à Missão e Campos de Actuação do Tribunal são identificados: o objecto do controlo, as atribuições, as entidades sujeitas ao controlo e os destinatários dos actos do Tribunal.*

*Na respeitante aos Recursos Disponíveis é feita a caracterização dos recursos utilizados pelo Tribunal, a saber, recursos humanos, materiais e financeiros, dentre outros.*

*No capítulo da Actividade Desenvolvida apontam-se as principais acções desenvolvidas no âmbito dos diversos domínios de controlo do Tribunal e os resultados alcançados, com alguns indicadores ilustrando a gama de acções realizadas durante o período e outras decorrentes da relação do Tribunal, com outros organismos e instituições tanto nacionais como estrangeiros.*

*O presente Relatório de Actividades foi aprovado pelo plenário do Tribunal de Contas, conforme previsto no n.º 2 do art.º 79.º do Regulamento, em sessão plenária de 16 de Maio de 2011.*

*Saliente-se que esta obrigação que constitui o dever maior de qualquer instituição quanto à prestação de contas sobre as suas actividades, foi declarado inconstitucional pelo Tribunal Constitucional, no seu acórdão número trinta e sete barra dois mil e dez, de 17 de Novembro, mas o Tribunal de Contas por especial obrigação de transparência na gestão da coisa pública, entende que deve ser apresentado tanto aos demais órgãos de soberania como à sociedade em geral o relatório e contas das suas actividades.*

*Publique-se no Diário da República e divulgue-se através da imprensa, da Página do Tribunal na Internet e outros meios de difusão disponíveis.*

*O Conselheiro Presidente,*

*(Francisco Fortunato Pires)*

###### ÍNDICE

[*i)* *Nota de Apresentação*](file:///C:\Users\Francisco%20Fortunato\Documents\RELATÓRIO%20DE%20ACTIVIDADES%20DE%202008%20(VERSÃO%20FINAL)%20A2.docx#_Toc168116736) 3

[1 – INTRODUÇÃO](file:///C:\Users\Francisco%20Fortunato\Documents\RELATÓRIO%20DE%20ACTIVIDADES%20DE%202008%20(VERSÃO%20FINAL)%20A2.docx#_Toc168116737) 4

[2 – MISSÃO E CAMPOS DE ACTUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS](file:///C:\Users\Francisco%20Fortunato\Documents\RELATÓRIO%20DE%20ACTIVIDADES%20DE%202008%20(VERSÃO%20FINAL)%20A2.docx#_Toc168116738) 5

[2.1 – Entidades sujeitas ao Controlo](file:///C:\Users\Francisco%20Fortunato\Documents\RELATÓRIO%20DE%20ACTIVIDADES%20DE%202008%20(VERSÃO%20FINAL)%20A2.docx#_Toc168116739) 5

2.2 - Entidades Controladas ………………………………………………………7

[3 – ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS](file:///C:\Users\Francisco%20Fortunato\Documents\RELATÓRIO%20DE%20ACTIVIDADES%20DE%202008%20(VERSÃO%20FINAL)%20A2.docx#_Toc168116741) 7

[3.1 – Síntese da Actividade Desenvolvida](file:///C:\Users\Francisco%20Fortunato\Documents\RELATÓRIO%20DE%20ACTIVIDADES%20DE%202008%20(VERSÃO%20FINAL)%20A2.docx#_Toc168116742) 7

[3.2 – Fiscalização Preventiva](file:///C:\Users\Francisco%20Fortunato\Documents\RELATÓRIO%20DE%20ACTIVIDADES%20DE%202008%20(VERSÃO%20FINAL)%20A2.docx#_Toc168116743) 9

[3.2.1 – Irregularidades Detetadas](file:///C:\Users\Francisco%20Fortunato\Documents\RELATÓRIO%20DE%20ACTIVIDADES%20DE%202008%20(VERSÃO%20FINAL)%20A2.docx#_Toc168116744) 12

[3.3 – Fiscalização Sucessiva](file:///C:\Users\Francisco%20Fortunato\Documents\RELATÓRIO%20DE%20ACTIVIDADES%20DE%202008%20(VERSÃO%20FINAL)%20A2.docx#_Toc168116753) 11

[3.3.1 – Principais irregularidades constatadas](file:///C:\Users\Francisco%20Fortunato\Documents\RELATÓRIO%20DE%20ACTIVIDADES%20DE%202008%20(VERSÃO%20FINAL)%20A2.docx#_Toc168116754) 17

[3.4 – Efectivação de Responsabilidade Financeira](file:///C:\Users\Francisco%20Fortunato\Documents\RELATÓRIO%20DE%20ACTIVIDADES%20DE%202008%20(VERSÃO%20FINAL)%20A2.docx#_Toc168116755) 18

[3.5 – Planeamento](file:///C:\Users\Francisco%20Fortunato\Documents\RELATÓRIO%20DE%20ACTIVIDADES%20DE%202008%20(VERSÃO%20FINAL)%20A2.docx#_Toc168116756) 19

[3.6 – Execução de Decisões e Acórdãos Condenatórios](file:///C:\Users\Francisco%20Fortunato\Documents\RELATÓRIO%20DE%20ACTIVIDADES%20DE%202008%20(VERSÃO%20FINAL)%20A2.docx#_Toc168116757) 20

[3.7 – Relações Institucionais](file:///C:\Users\Francisco%20Fortunato\Documents\RELATÓRIO%20DE%20ACTIVIDADES%20DE%202008%20(VERSÃO%20FINAL)%20A2.docx#_Toc168116758) 20

[3.8 – Cooperação Interna](file:///C:\Users\Francisco%20Fortunato\Documents\RELATÓRIO%20DE%20ACTIVIDADES%20DE%202008%20(VERSÃO%20FINAL)%20A2.docx#_Toc168116759) 22

[3.9 – Cooperação Externa](file:///C:\Users\Francisco%20Fortunato\Documents\RELATÓRIO%20DE%20ACTIVIDADES%20DE%202008%20(VERSÃO%20FINAL)%20A2.docx#_Toc168116760) 22

[4 – RECURSOS DISPONÍVEIS](file:///C:\Users\Francisco%20Fortunato\Documents\RELATÓRIO%20DE%20ACTIVIDADES%20DE%202008%20(VERSÃO%20FINAL)%20A2.docx#_Toc168116761) 24

[4.1 – Recursos Humanos](file:///C:\Users\Francisco%20Fortunato\Documents\RELATÓRIO%20DE%20ACTIVIDADES%20DE%202008%20(VERSÃO%20FINAL)%20A2.docx#_Toc168116762) 24

[4.2 – Recursos Financeiros](file:///C:\Users\Francisco%20Fortunato\Documents\RELATÓRIO%20DE%20ACTIVIDADES%20DE%202008%20(VERSÃO%20FINAL)%20A2.docx#_Toc168116763) 25

[4.3 - Outros Recursos](file:///C:\Users\Francisco%20Fortunato\Documents\RELATÓRIO%20DE%20ACTIVIDADES%20DE%202008%20(VERSÃO%20FINAL)%20A2.docx#_Toc168116764) 28

[5 – Conclusões e Perspectivas](file:///C:\Users\Francisco%20Fortunato\Documents\RELATÓRIO%20DE%20ACTIVIDADES%20DE%202008%20(VERSÃO%20FINAL)%20A2.docx#_Toc168116765) 29

[6 – ANEXOS](file:///C:\Users\Francisco%20Fortunato\Documents\RELATÓRIO%20DE%20ACTIVIDADES%20DE%202008%20(VERSÃO%20FINAL)%20A2.docx#_Toc168116766) 29

# 1 – INTRODUÇÃO

São volvidos pouco mais de noventa e quatro meses, cerca de oito anos, após o início efectivo das actividades do Tribunal de Contas.

No entanto, o objecto do presente relatório é o período entre o octogésimo e o nonagésimo primeiro mês, isto é, o período que abrange parte do oitavo ano da sua actividade, já que este só se celebra de facto, no próximo futuro mês de Junho.

Trata-se do quarto ano do segundo ciclo de actividades do Tribunal de Contas. Recorde-se que o primeiro ciclo se encerrou em 2006, quando se completaram os seus primeiros quatro anos de actividade e o segundo ciclo se iniciou em Junho de 2007, tendo seu término em meados do ano ora em curso.

Sendo embora respeitante ao exercício de um ano civil, isto é, de 2010, que corresponde ao quarto ano de actividades do segundo ciclo de vida do Tribunal de Contas, não deixa, no entanto, de refletir o percurso feito ao longo dos últimos oito anos de vida e de atividade da instituição.

# 2 – MISSÃO E CAMPOS DE ACTUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS

## 2.1 – Entidades sujeitas ao Controlo

Decorre da Constituição da República, artigos 68º. e 126º. que o Tribunal de Contas, enquanto Órgão de Soberania do Estado, e da lei que o cria, Lei nº3/99, de 20 de Agosto, Lei Orgânica do Tribunal de Contas, é definido como **órgão supremo e independente de controlo da legalidade das receitas e despesas públicas e julgamento das contas que a lei mandar submeter-lhe** (artigo 1.º n.º2), que **inserido no poder judicial é o único na sua ordem** (artigo 1.º n.º 4),estando **sujeitas à sua jurisdição e controlo financeiros**, nos termos do artigo 2.º da lei orgânica acima referida:

1. – O Estado e todos os seus serviços;
2. – Os serviços autónomos e projectos;
3. – A administração regional e local;
4. – As empresas públicas e as sociedades de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos;
5. – Os tesoureiros ou exactores da Fazenda, responsáveis por contas relativas a material ou equipamentos e quaisquer entidades que giram ou beneficiem de receitas ou financiamentos provenientes de organismos internacionais ou das entidades referidas no número anterior, ou obtidos com a intervenção destes, consubstanciado nomeadamente em subsídios, empréstimos ou avales;
6. – As comissões administrativas e de gestão de dinheiros públicos, seja qual for a sua designação, e, em geral, todos os responsáveis pela gestão de bens e dinheiros públicos.

Não será demais referir, até porque a tendência é comparar com o que se faz lá fora, que, na realidade, em alguns países não é exigido o visto prévio para a realização de despesas até determinados montantes.

No entanto, nos referidos países, o nível de organização da administração pública não só permite acautelar a correcta gestão dos recursos públicos como também, em circunstância alguma, ocorre que o Estado não conheça as suas próprias contas durante cerca de duas décadas, como é o caso da realidade com que convivemos, cidadãos e instituições são-tomenses ao longo do período.

Só uma clara tomada de consciência dos cidadãos e das instituições que integram pode alterar este estado de coisas, pois que, por muitas eleições que se façam, se não for encarada a problemática da prestação de contas a todos os níveis, como uma obrigação do eleito para com aqueles que o elegem e, no caso concreto do Estado e suas instituições aos cidadãos enquanto contribuintes, o nível de desorganização existente continuará a propiciar a impunidade, face à violação da lei, constituindo o principal fermento da corrupção que prossegue a sua marcha de crescimento e toma não só proporções alarmantes, mas ao nível de quase todos os sectores.

## 2.2 – Entidades Controladas

A situação retratada no relatório do exercício precedente não se alterou substancialmente ao longo do exercício a que se refere o presente, no tocante à tendência crescente de solicitações de intervenção do Tribunal de Contas e outras decorrentes da sua própria iniciativa.

Porém, a escassez de meios materiais e financeiros resultantes, tanto dos cortes orçamentais como da cessação da cobrança de receitas, já reflectido nos relatórios dos exercícios anteriores subsistiu ao longo do exercício a que se reporta o presente relatório, não permitindo, por isso dar cabal vazão nem às acções preconizadas nem tão pouco às solicitações recebidas.

Apesar disso, o Tribunal de Contas, no âmbito do controlo prévio, debruçou-se sobre um vasto leque de processos de que se destacam os de provimento do pessoal e contratos de alienação do património, dentre outros, e também, no âmbito do controlo sucessivo.

Quanto a setores objecto de intervenção ao longo do período, no âmbito da verificação sucessiva, são de assinalar:

A Câmara Distrital de Cantagalo,

O Cofre do Supremo Tribunal de Justiça e

A Rádio Nacional de S. Tomé e Príncipe

Foram relatados cerca de 423 processos no âmbito do controlo prévio, enquanto que no domínio do controlo sucessivo o número total de processos foi de apenas 15, dos quais 5 transitaram para o exercício seguinte, por não terem sido concluídos.

# 3 – ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

## 3.1 – Síntese das Actividades Desenvolvidas

Durante o período a que se reporta o relatório, o Tribunal reuniu-se entre plenários e conferências, em trinta e uma sessões, no decorrer das quais deliberou sobre quatrocentos e vinte e três processos, a saber:

- a aprovação de 33 Acórdãos, dentre os quais 28 apontam para a recusa do visto de nomeação do pessoal, 3 resultantes de decisões recorridas e 2 de negação do visto em contratos de alienação de bens móveis e imóveis.

- a concessão de 364 vistos, sendo 343 em processos respeitantes ao movimento de pessoal, 17 em processos respeitantes a contratos de alienação, sendo 13 de bens imóveis e 4 de viaturas, 2 em processos respeitantes a contratos de fornecimento de bens e serviço, 1 em processo respeitante ao contrato de obras públicas e, 1 respeitante a contrato de concessão de terra agrícola.

- a isenção de vistos em 26 processos, sendo todos em processos de nomeação.

Numa apreciação mais global, pode-se referir que no tocante ao movimento processual, registou-se durante o exercício um total de 875 processos, dentre os quais 387 transitados do exercício anterior e 488 deram entrada no decorrer do exercício.

O Quadro que se segue permite uma avaliação global da situação processual durante o exercício de 2010.

**Quadro 1:** Situação processual durante o exercício de 2010

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Processos** | | **R.F.P** | **R.F.S** | **Em circul** | **Visados** | **Isen. de Visto** | **Visto.**  **Recus.** | **Proc. Reint. Finan** | | **Trans.para**  **Exerc.segu.** |
| Entrados | Julgados |
| Transit. de 2009 | 457 | 387 | 1 | 17 | 121 | 5 | 15 | 25 | 1 | 290 |
| Entrados  em 2010 | 509 | 488 | 21 |  | 243 | 21 | 18 | - | 2 | 225 |
| **Total** | **966** | **875** | **22** |  | **364** | **26** | **33** |  | **3** | **521** |
| **Legenda** | R.F. P**=** Repartição de Fiscalização Prévia**; Isen. de Visto** = Isentos de Visto  **R.F. S=** Repartição de Fiscalização Sucessiva**; Visto. Recus =** Vistos recusados **;**  **T. p/ Exer. Seg=** Transitado para Exercício Seguinte; Proc. Reint. Fianc= Processo de Reintegração Financeira | | | | | | | | | |

Em resumo, dos novecentos e sessenta e seis processos em circulação durante o exercício, foram relatados quatrocentos e vinte e três e, de entre eles, obtiveram visto trezentos e sessenta e quatro, foram considerados isentos de visto vinte e seis e trinta viram recusados o visto, enquanto que transitaram para o exercício seguinte quinhentos e vinte e um processos.

De destacar que durante o exercício tanto no lote de processos entrados como os transitados para o exercício seguinte se incluem, pela primeira vez processos de reintegração financeira, resultantes de auditorias levadas a cabo, tanto pelo próprio Tribunal de Contas como pela Inspecção – Geral de Finanças, onde foram detectadas infracções e/ou irregularidades financeiras passíveis de responsabilização.

Os referidos processos deram lugar a julgamentos e consequentes recursos, mas, enquanto o Tribunal de Contas iniciava a apreciação dos referidos recursos, foi surpreendido com a decisão do Tribunal Constitucional sobre os mesmos processos.

**3.2 – Fiscalização Preventiva**

O quadro bem como o gráfico que se seguem reflectem os tipos de processos remetidos para efeitos de controlo preventivo.

*Quadro n.º1:* Processos Submetidos à Fiscalização Prévia no ano de 2010

|  |  |
| --- | --- |
| Tipos de Processos | Recebidos em 2010 |
| Processos Relativos ao Pessoal da Função Pública   * *Nomeação……………………………………* * *Promoção* * *Nomeação em Comissão de Serviço* * *Fim de Comissão de Serviço* * *Aposentação* * *Transferência* * *Destacamento* * *Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo* * *Contrato de Estágio* * *Licença Sem Vencimento* * *Passagem de Disponibilidade* * *Contrato Administrativo de Provimento* | 292  59  54  31  02  02  02  07  03  03  03  01  ­­\_\_\_\_  459 |
| Contrato de Prestação de Serviço | 03 |
| Contratos de Bens Móveis | 05 |
| Contratos de Bens Imóveis | 17 |
| Contratos de Concessão | 04 |
| **Total** | **488** |

Em 2010, foram submetidos para efeitos de fiscalização prévia um total 488 novos processos. Da totalidade dos processos, cerca de 94% são relativos à movimentação do pessoal da função pública, 3% referentes a contratos de alienação de bens imóveis, e 1%, respectivamente a contratos de prestação de serviço, de alienação de bens móveis e de concessão.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL DURANTE O EXERCICIO DE 2010**

Quadro n.º2

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Processos** | **R.F.P** | **Visados** | **Isento de Visto** | **Acórdão** | **Transportado p/Exercício seguinte** |
| **Transitados de 2009** | **387** | **121** | **05** | **15** | **347** |
| **Entrados em 2010** | **488** | **243** | **21** | **18** | **112** |
| **Total** | **875** | **364** | **26** | **33** | **459** |

Como ilustra o quadro acima, no âmbito da fiscalização prévia no exercício de 2010, registou-se um total de Oitocentos e Setenta e Cinco processos, dos quais Trezentos e Sessenta e Quatro foram visados, Vinte e Seis considerados isentos de visto, Trinta e Três por não reunirem os requisitos legais foram objecto de recusa do visto, tendo transitado Quatrocentos e Cinquenta e Nove processos para o exercício de 2011.

**QUADRO DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS ENTRADOS E ANALISADOS EM 2010**

Quadro n.º3

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Total de Processos Entrados no Ano de 2010 | Processos Informados relativos ao ano de 2010 | Processos Pendentes Referentes ao ano 2010 |
| **488** | **376** | **112** |

Como se pode ver no quadro acima, deram entrada na Repartição de Fiscalização Prévia no ano a que se reporta o presente relatório 488 processos de visto, dos quais **376** foram instruídos e submetidos à apreciação superior e **112 t**ransitaram para o exercício de 2011.

**3.2.1 - IRREGULARIDADES DETECTADAS**

Apesar dos esforços que vêm sendo feitos, muitos processos submetidos a fiscalização preventiva continuam a enfermar de insuficiências que têm levado a realização expedientes adicionais para sua sanação, razão porque alguns processos se arrastam por tempo indefinido.

Tais insuficiências continuam a ser as causas essenciais da não conclusão de muitos processos e da sua transição para o ano imediato.

Relativamente aos contratos, são as seguintes as principais ilegalidades e irregularidades detectadas nos submetidos à verificação preventiva:

* Indevida tipificação dos concursos para admissão do pessoal, inadequada constituição dos respectivos júris e inobservância dos requisitos de admissão;
* A inobservância dos procedimentos e formalidades legais que norteiam a alienação dos veículos do Estado,
* Inclusão dos encargos fiscais acrescido ao valor do bem.

Importa frisar, no entanto, que na generalidade, se verificou um grau elevado de acatamento das orientações e de colaboração por parte dos serviços visados, no concernente à sanação das irregularidades passíveis de serem sanadas.

**3.3 – Fiscalização Sucessiva**

Dando seguimento à dinâmica introduzida no exercício anterior, as acções ao nível da fiscalização sucessiva continuaram a conhecer ao longo do período a que se reporta o presente relatório um forte incremento, com o prosseguimento dos julgamentos de responsabilização financeira. Pois, foram realizadas várias sessões de julgamento no decurso das quais foram apreciados vários processos de responsabilização financeira que permitiram concluir o elevado grau de delapidação dos recursos públicos, nos mais diversos sectores da administração do Estado.

Porém, não se pode aqui escamotear o facto do labor levado a cabo pelo Tribunal de Contas neste domínio específico de exigência de responsabilidade financeira se encontrar comprometido, face a decisões emanadas do Tribunal Constitucional, com as quais o Tribunal de Contas não concorda, embora respeite, não só por avocar a si processos ainda em fase de decisão no Tribunal de Contas, na sequência de recurso, mas porque também vão muito mais longe, pondo inclusive em causa as competências do Tribunal de Contas no julgamento de processos de responsabilização financeira.

A ausência de regulamentação das acções do Tribunal Constitucional, a inexistência de uma Inspecção credível ao desempenho processual dos Tribunais, o total desregramento na gestão dos dinheiros públicos, que grassa o País, a que nem os Cofres do Supremo Tribunal de Justiça, versus Tribunal Constitucional está isento, e a eventual tendência para a solidariedade entre os que se beneficiam deste estado de coisas, não permitem o prosseguimento das acções do Tribunal de Contas neste domínio específico, sem que haja a devida clarificação.

Não é possível, no quadro do presente relatório, fazer-se uma abordagem mais aprofundada sobre o assunto, mas parece evidente que, se não houver um esforço conjunto dos órgãos do Estado com competência para desencorajar acções de apropriação ilícita de bens e dinheiros públicos, como é o caso dos Tribunais, e, se no caso concreto o Tribunal de Contas adopta medidas legais visando contrariar uma tal tendência e o Tribunal Constitucional age no sentido inverso, aparentemente sem suporte legal ou constitucional credível, estar-se-á a inutilmente a esbanjar esforços.

Daí, que, não só porque parece incontornável, mas porque terá chegado a hora de se efectuar uma reflexão verdadeiramente séria e mais alargada sobre o problema, envolvendo outros órgãos do Estado, nomeadamente os que têm competência para ao nível devido suprir lacunas legais, fazendo aprovar e/ou clarificar diplomas susceptíveis de permitir adequado funcionamento do Tribunal Constitucional e, uma vez por todas impedir que pretensas zonas cinzentas ou pretensas ausências de clarificação continuem a servir de subterfúgio para apropriação de forma abusiva e impune de dinheiros e outros recursos públicos, por grupos de indivíduos, alguns, a coberto dos cargos que ocupam, pondo em causa todo o esforço nacional.

Pois, tal como havíamos feito alusão no relatório precedente, ao dar-se início às acções do Tribunal de Contas numa nova frente, com a realização de julgamentos dos casos de responsabilização financeira, tal não foi nem será, no futuro, pacífica, principalmente por parte dos pretensos sábios que ao invés de estudarem e investigarem sobre a matéria, como é recomendável a todos quantos desejam alargar os horizontes dos seus conhecimentos em matérias que não dominam, quer porque não sejam obrigados ou porque no mundo da especialização os conhecimentos são cada vez mais emparcelados e é preciso um esforço de estudo e investigação para se pronunciar de forma abalizada sobre determinadas matérias, preferem, ao invés disso, sair ao terreiro, feitos de arautos da sabedoria esgrimindo, no entanto, quantas vezes, a mais douta ignorância sobre a matéria.

Também tínhamos referido na ocasião que a jurisdição financeira, como é evidente, guarda similitudes quer com a jurisdição cível, quer com a jurisdição criminal, mas como há-de convir, tem especificidades, pelo que aqueles que desejem melhorar o seu desempenho no domínio são convidados a despender um pouco mais do seu tempo a investigar e a estudar, ao invés de se dedicarem à propaganda gratuita e infundada contra o Tribunal de Contas cujos magistrados e auditores não poupam esforços num tal exercício.

O Tribunal de Contas foi mais longe, convidando especialista na matéria que aqui proferiu douta palestra sobre o tema, mas, mesmo assim, de nada serviu, pois, a determinação quanto à manutenção do status quo não se coibiu de se socorrer de argumentos, mesmo dos juridicamente mais infundados e até mesmo absurdos, para dar cobertura à impunidade.

- Actividades Programadas para 2010

Durante o período foram programadas as seguintes actividades no âmbito da verificação sucessiva:

1 - Finalização das auditorias transitadas do ano precedente;

2 - Realização de auditorias programadas;

3 - Analise e informação de processos recebidos;

4 - Actualização das técnicas e procedimentos de auditoria;

5 - Restituição da formação de actualização das técnicas de auditoria aos sistemas de informação; e,

6 - Apresentação de proposta para a introdução de prestação de contas das entidades autónomas.

Das Actividades programadas, foram realizadas as que constam do quadro que se segue:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Tipo de actividade** | **2009** | **2010** |
| Realização de Auditorias | 5 | 6 |
| Análise e informação de processos de Auditoria da IGF | 11 | 9 |
| Análise e informação de processos de prestação de contas | 1 | 4 |
| Análise e informação de processo de multa | 0 | 1 |
| Análise e informação de outros processos | 0 | 1 |
| **Total** | **17** | **21** |

Relativamente a auditorias, foram realizadas seis, conforme a seguir se discrimina:

1. Auditoria Operacional à Câmara Distrital de Cantagalo;

1. Auditoria financeira de seguimento à Rádio Nacional de São Tomé e Príncipe; e,
2. Auditoria ao Cofre do Supremo Tribunal de Justiça.

As duas primeiras auditorias não foram concluídas no mesmo ano por razões de organização registada a nível dos sectores auditados.

Embora não tivesse sido programada, deu-se início a auditoria ao Cofre do Supremo Tribunal de Justiça, em atenção à solicitação do Ministério Público, recebida para o efeito.

As auditorias à Direcção Geral dos Registos e Notariado e à Assembleia Nacional, iniciadas em 2009 só terminaram em Setembro de 2010.

De realçar que tem havido esforço de aproximação do prazo de realização das auditorias ao prazo estipulado por lei, mas no entanto, a desorganização dos documentos a nível dos serviços não tem contribuído para que esse objectivo seja alcançado.

Além disso, as entidades auditadas não possuem um manual de procedimentos, os serviços não organizam em pastas próprias, arquivados e numerados os documentos de suporte quer de despesa, receita ou banco e, por isso, torna-se ainda mais complicado, por implicar um maior esforço dos auditores e, na maior parte dos casos, sem contar com a devida colaboração dos responsáveis das entidades auditadas.

Ainda no âmbito da verificação sucessiva há a referir que deram entrada durante o período 15 processos, conforme a seguir se especifica no quadro:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Tipo de processos** | **2009** | **2010** |
| Processos de Auditoria da IGF | 11 | 9 |
| Processos de prestação de contas | 1 | 4 |
| Processo de multa | 0 | 1 |
| Outros processos | 0 | 1 |
| **Total** | **12** | **15** |

Dos 15 processos recebidos, (4) foram informados como processos de prestação de contas e 5 transitaram para 2011 por não terem sido concluídos.

As dificuldades encontradas na análise e informação dos processos recebidos da I G F ainda persistem. Embora os relatórios apresentem infracções e irregularidades financeiras, no entanto os mesmos carecem de elementos de prova, obrigando por vezes a diligências complementares por parte do Tribunal, para casos já estudados e examinados.

### 3.3.1 – Principais irregularidades constatadas

Durante o exercício deram entrada nove processos de auditoria provenientes da Inspecção Geral de Finanças, e mais dois processos, um dos quais de prestação de contas.

No tocante aos processos de auditoria provenientes da Inspecção Geral de Finanças, os respectivos relatórios referem-se à infracções e irregularidades financeiras, mas subsiste a carência de elementos de prova e a dificuldade de aceder ao período de gestão com vista à identificação dos responsáveis nos períodos auditados.

Encontros entre elementos das equipas técnicas do Tribunal de Contas e da Inspecção – Geral de Finanças têm sido promovidos, com vista a sanar tais insuficiências e permitir maior clarificação na exigência das respectivas responsabilidades financeiras.

O início dos julgamentos de responsabilização financeira veio, no entanto, permitir um maior adestramento dos auditores e conferir-lhes uma visão mais alargada do seu próprio ofício enquanto peças chaves não só na realização das auditorias, mas também nos esclarecimentos que se tornem necessários prestar ao Tribunal durante as audiências de discussão e julgamento

## 3.4- Efectivação de Responsabilidade Financeira

## Tal como descrito no relatório anterior, após acção de superação dos auditores no tocante à supressão de lacunas e aperfeiçoamento dos relatórios de auditoria, foi dado início ao encaminhamento dos relatórios de auditoria ao Ministério Público.

## Foi pois o começo de uma acção de continuidade que ao longo do exercício objecto do presente relatório permitiu canalizar ao Ministério Público, dando lugar à instauração de Processos de Responsabilização Financeira cujos julgamentos, tal como já foi referido já tiveram seu início e continuarão, enquanto o Tribunal de Contas mantiver a competência de velar não só pela correcta gestão dos dinheiros e demais recursos públicos, mas também de exigir responsabilidade àqueles que a detêm.

Do respectivo requerimento deverá fazer constar a indicação do autor da infracção financeira, dos sinais característicos da mesma e quaisquer outros elementos que possam concorrer para a sua inequívoca identificação, a exposição sucinta dos factos e circunstâncias em que ocorreram, a indicação do organismo ou sector e a data ou período da ocorrência, bem como o pedido e a descrição dos factos e das razões de direito em que se fundamenta.

O requerimento constituirá o culminar do processo de instrução, tendo por isso lugar apenas face à constatação da provável existência de infracção, determinado o seu agente e eventual responsabilidade.

## 3.5 – Planeamento

Tal como havia sido referido no relatório do exercício precedente, o Tribunal de Contas, com vista a direcionar as suas ações, tanto ao nível interno como no relacionamento com seus congéneres, deu início à elaboração do seu primeiro plano estratégico por via do qual preconizava perspectivar o seu desenvolvimento a médio prazo.

Lamentavelmente, porém, foi forçado a interromper a elaboração dum tal documento que seria o instrumento reitor das suas acções, equacionadas para um período de três anos, devido a interferências de outros órgãos, tal como tem vindo a ser descrito.

Na realidade, com tais interferências o Tribunal de Contas nada pode projectar, pois nem sequer sabe com que recursos poderá contar para a concretização dos seus programas, uma vez que, em cada ano, tal como se registou nos dois últimos, a verba orçamental que vem sendo atribuída ao Órgão é aleatória e sem qualquer critério.

Sem poder perspectivar as suas acções ou pelo menos sem poder vislumbrar a possibilidades de sua materialização, pela incerteza de disponibilidade orçamental para o efeito, a instituição tem limitado a sua acção à realização do essencial, pondo em causa, tal como já foi referido os principais programas que haviam sido equacionados para o período, só não tendo encerrado as portas, porque assim iria ao encontro do desejo dos que se propõem a todo o custo boicotar as suas acções para que mais facilmente se possam apropriar dos bens e recursos públicos.

Durante o período a que se reporta o presente relatório foram elaborados o programa de acção do Tribunal e o plano de actividades sectoriais para o ano 2011.

O plano de actividades de que resulta o presente relatório foi aprovado nos termos regulamentares em 2009, tendo resultado dessa aprovação os planos sectoriais cuja materialização constitui objecto do presente relatório.”

## 3.6 – Execução de Decisões e Acórdãos Condenatórios

Dando continuidade às acções iniciadas no exercício anterior, os relatórios de auditoria encaminhados ao Ministério Público têm estado a ser enviados ao Tribunal para efeitos de efectivação de responsabilidade financeira.

Relativamente ao período a que se reporta o presente relatório há a registar três casos julgados, os quais foram do domínio público, pois, foram, na ocasião, objecto de divulgação através dos órgãos de comunicação social.

Alguns cidadãos envolvidos nos referidos processos têm tomado a iniciativa de proceder ao pagamento dos valores em causa, o que tem permitido ao tesouro público ressarcir-se de somas consideráveis. Porém, torna-se necessário deixar claro que, nos termos da legislação em vigor, não é da competência do Tribunal de Contas, mas sim dos Tribunais comuns a execução das decisões condenatórias.

## 3.7 – Relações Institucionais

Os factos tornados públicos no relatório do exercício anterior tais como o processo de revisão, de alguns diplomas que regem a organização e funcionamento do Tribunal de Contas e também a cobrança de emolumentos, alguns dos quais se prolongaram ao longo do exercício ora sob análise, como é ocaso da persistência em reduzir, de forma unilateral a verba inscrita no OGE a favor do Tribunal de Contas, fixando, sem qualquer critério montantes aleatórios, para fazer face às despesas de funcionamento, introduziram um clima de crispação que passou a caracterizar, desde então, o relacionamento entre o Tribunal de Contas e a Assembleia Nacional durante a primeira metade da legislatura finda.

O Tribunal de Contas mantém, no entanto, o ponto de vista segundo o qual, se torna necessário, para o sucesso do labor visando a transparência das contas públicas e o combate contra a corrupção, a articulação das acções ao nível dos órgãos de soberania, com especial relevância, neste domínio, para o papel da Assembleia Nacional.

Pois que, tal como já foi referido, não só em virtude da sua composição e representatividade, mas também devido à responsabilidade especial que lhe cabe no domínio da produção legislativa, está em posição privilegiada para em articulação com outros órgãos de soberania, concorrer para suprir importantes lacunas, sem a qual será de duvidosa eficácia todo o esforço no sentido de disciplinar a gestão dos recursos públicos e concorrer para o combate contra a fraude e a corrupção em S. Tomé e Príncipe.

É, portanto, de assinalar, que com a renovação da legislatura foi desanuviado o clima então reinante, não se tendo registado, novos factos passíveis de pôr em causa as relações entre o Tribunal de Contas e a Assembleia que, desde então se podem considerar de saudáveis.

Ainda no âmbito do relacionamento institucional, crê-se ser de justiça referir que, concretamente com o Órgão de Soberania Presidente da República, ao longo do exercício de que é objecto o presente relatório, não se registou qualquer alteração relativamente ao clima de saudável cooperação, que já foi objecto de referência no relatório anterior, nomeadamente quanto às posições públicas assumidas relativamente à actuação tanto do XIII Governo Constitucional, como da Assembleia Nacional, na legislatura finda, na diminuição deliberada do orçamento do Tribunal de Contas, no inequívoco posicionamento quanto ao combate contra a apropriação ilícita dos bens e recursos públicos que vem sendo travado pelo Tribunal de Contas, o que, como também já foi objecto de alusão, tem contribuído para fazer renascer na opinião pública, tanto ao nível interno como lá fora um clima de confiança no País e nas suas instituições, e de que há um esforço no sentido do reencaminhamento para a transparência na gestão da coisa pública.

No que se refere ao Governo, como consequência da renovação da legislatura, iniciou funções a partir de cerca da segunda metade do exercício a que se reporta o presente relatório, novo Governo, o que não só veio permitir uma nova abertura para o diálogo, mas também para a cooperação, num clima diferente do anterior.

No tocante ao Supremo Tribunal de Justiça, o relacionamento subsistiu sem sobressaltos, após o desanuviamento do clima inicial, oportunamente reflectido nos relatórios anteriores, até à publicação da sua recente decisão em processo de reintegração financeira que ainda corria seus trâmites no Tribunal de Contas na sequência de recurso.

Finalmente, no tocante ao relacionamento com o Ministério Público, este evoluiu favoravelmente ao longo do período a que se reporta o relatório, tendo permitido dar início, finalmente, ao processo de responsabilização financeira, com base nas infracções e irregularidades financeiras constantes dos relatórios de auditoria que vêm sendo levadas a cabo quer pelos Serviços competentes do Tribunal de Contas quer pela Inspecção – Geral de Finanças.

## 3.8 – Cooperação Interna

A cooperação com a Inspecção Geral de Finanças, enquanto órgão com o estatuto de órgão de controlo interno não conheceu qualquer alteração digna de nota, podendo, por isso, considerar-se de satisfatória.

À semelhança dos exercícios anteriores, no cumprimento das disposições legais e regulamentares, deram entrada no Tribunal de Contas, provenientes da Inspecção – Geral de Finanças, alguns relatórios de acções levadas a cabo pela Inspecção Geral de Finanças, no âmbito das suas atribuições, os quais tal como já é tradicional vêm merecendo o devido tratamento.

## 3.9 – Cooperação Externa

Os tempos mais recentes têm conhecido acções bastante intensas no âmbito da cooperação internacional, com vista a fazer face ao fenómeno da corrupção, enquanto fenómeno universal, cientes de que o combate ao mesmo não pode circunscrever-se às fronteiras de qualquer País.

A corrupção, enquanto fenómeno universal tem suscitado por parte da comunidade internacional um interesse cada vez crescente no domínio da cooperação, como forma de permuta de experiência e de conhecimentos para lhe fazer face.

O Tribunal de Contas de S. Tomé e Príncipe, tal como tem feito reflectir nos seus relatórios, continua a envidar esforços no sentido de se juntar quer às instituições nacionais congéneres no âmbito da troca de experiências, quer aos organismos regionais e internacionais, com vista a recolher ensinamentos e experiência passíveis de permitir a melhoria do seu desempenho enquanto órgão vocacionado para o controlo externo da gestão dos recursos do Estado.

Ao longo do exercício a que se reporta o presente relatório e à semelhança do que tem vindo a realizar, levou a cabo acções de contacto com organizações congéneres, no âmbito dos seguintes eventos:

1 – No Atelier sobre Auditoria Ambiental, realizado em Dakar de 1 a 12 de Fevereiro 2010, através da Auditora Superior de 1ª Classe Drª. Lucrécia d’Apresentação;

2 – Na Reunião da Equipa Técnica dos Tribunais de Contas da OISC/CPLP, no quadro da elaboração do Plano Estratégico comum, realizado em Lisboa, de – 28 a 30 de Junho de 2010, através do Mestre Artur Vera Cruz e Engª. Isabel Cunha;

3 – Na Assembleia Extraordinária do CREFIAF, realizada na Ilha do Sal, República de Cabo-Verde, de 29 de Setembro a 1 de Outubro de 2010, através do Juiz Conselheiro Presidente Dr. Francisco Fortunato Pires e Juiz Conselheiro Dr. José António de Monte Cristo;

4 – No Workshop para os Tribunais de Contas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, realizada em Joanesburgo, em 22 de Novembro de 2010, através de uma delegação encabeçada pelo Juiz Conselheiro Presidente, Dr. Francisco Fortunato Pires e integrada pelo Juiz Conselheiro Dr. Bernardino dos Ramos Araújo e o Secretário Dr. Ricardino Costa Alegre;

5 – No XX Congresso da INTOSAI, realizado em Joanesburgo, de 22 a 27 de Novembro de 2010. através de uma delegação encabeçada pelo Juiz Conselheiro Presidente, Dr. Francisco Fortunato Pires e integrada pelo Juiz Conselheiro Dr. Bernardino dos Ramos Araújo e o Secretário Dr. Ricardino Costa Alegre;

Durante o período o Tribunal de Contas acolheu em S. Tomé missões de carácter internacional, a saber:

1 – VI Assembleia – Geral da OISC/CPLP, realizada na Cidade de S. Tomé, que contou com a participação de todas as ISC/CPLP, incluindo Tmor-Leste, Macau e um representante da ATRICON;

2 – Missão do CREFIAF, na pessoa do Senhor David SOHINTO, junto do Tribunal de Contas de S. Tomé e Príncipe, com vista a constatar a implementação das acções de formação realizadas por essa Organização e sujeitas a restituição pelos Tribunais membros.

# 4 – RECURSOS DISPONÍVEIS

## 4.1 – Recursos Humanos

Tal como no exercício anterior, a situação orçamental imposta ao Tribunal de Contas pelo XIII Governo e pela Assembleia Nacional durante a segunda metade da legislatura finda levou ao congelamento do movimento do pessoal, também ao longo do exercício a que se reporta o presente relatório.

Apesar da evidente necessidade de recrutamento de quadros para fazer face aos novos desafios com que o Tribunal de Contas se viu confrontado, nomeadamente ao enveredar pela abertura da nova frente que é a da responsabilização financeira, a partir do exercício anterior e, também, da verificação das contas, ao longo do período, não foi dado seguimento, como seria desejável, aos processos de recrutamento de novos quadros, com vista a reforçar a capacidade da instituição no domínio dos recursos humanos, mesmo face à necessidade de preenchimento de vagas deixadas por alguns quadros que, precavendo-se, face à instabilidade que vem sendo criada à instituição, optaram por continuar a sua carreira em outros sectores.

À semelhança do exercício anterior e, contrariamente ao que tem sido prática nos exercícios precedentes, as restrições orçamentais também não permitiram que fossem levadas a efeito, acções de formação e capacitação programadas ao nível interno, nem tão pouco no exterior, tirando proveito das oportunidades de formação promovidas pelos nossos parceiros internacionais.

Como é sabido, as acções de formação inscrevem-se no âmbito da colmatação da necessidade de melhor adestramento dos quadros, com vista a promover uma maior cultura de assunção de responsabilidade e o hábito de trabalho face às tarefas atribuídas.

No entanto, apesar de todas as restrições, no âmbito da contenção dos encargos, foi possível participar no Atelier sobre auditoria ambiental, realizado em Dakar, organizado pelo CREFIAF, de 1 a 12 de Fevereiro de 2010, através da auditora superior de 1ª. classe Drª. Lucrécia d’Apresentação.

Durante o exercício foram igualmente realizadas formações ao pessoal visando temas como seguimento da aplicação das matrizes em matéria de auditoria e de avaliação do sistema de Controlo Interno.

Finalmente, neste domínio, há ainda a referir, a realização dos estudos sobre os emolumentos a cobrar nas auditorias a efectuar pelo Tribunal de Contas e sobre as alterações aos diplomas que regulam o funcionamento do Tribunal de Contas.

## 4.2 – Recursos Financeiros

Relativamente aos recursos financeiros, o período a que se reporta o presente relatório não podia deixar de reflectir senão a continuidade da situação orçamental retratada no exercício anterior e que demonstra o resultado da situação orçamental imposta ao Tribunal de Contas pelo XIII Governo e pela Assembleia Nacional, na oitava legislatura.

Assim, tendo transitado do exercício anterior um saldo de Db. 13 586 222 416,42 (treze biliões, quinhentos e oitenta e seis milhões, duzentos e vinte e duas mil, quatrocentas e dezasseis dobras e quarenta e dois cêntimos), sendo Db. 141 463,64,(cento e quarenta e um mil, quatrocentos e sessenta e três dobras e sessenta e quatro cêntimos), respeitante ao saldo da conta OGE,

Db. 2 964 903 352,98 ( dois biliões, novecentos e sessenta e quatro milhões novecentos e três mil, trezentas e cinquenta e duas dobras e noventa e oito cêntimos), respeitante ao saldo da conta corrente – Cofre, Db. 250 000 000,00, (duzentos e cinquenta milhões de dobras), respeitante ao saldo da conta a prazo/BE, e Db. 10 371 177 600,00, (dez biliões, trezentos e setenta e um milhões, cento e setenta e sete mil, e seiscentas dobras), respeitante ao contravalor da conta a prazo/BE, em USD.

A receita realizada durante o exercício foi de Db. 6 680 967 670,10 (seis biliões, seiscentos e oitenta milhões, novecentos e sessenta e sete mil seiscentas e setenta dobras e dez cêntimos), sendo Db. 3 158 237 000,00 (três biliões, cento e cinquenta e oito milhões duzentos e trinta e sete mil dobras), respeitantes à recursos provenientes do Orçamento Geral de Estado, para o funcionamento da instituição, Db. 417 917 250,00 (quatrocentos e dezassete milhões, novecentos e dezassete mil, duzentos e cinquenta dobras), respeitante ao financiamento da VI Assembleia da OISC/CPLP, Db. 886 829 563,57 (oitocentos e oitenta e seis milhões, oitocentas e vinte e nove mil, quinhentas e sessenta e três dobras e cinquenta e sete cêntimos), respeitantes a emolumentos cobrados, e Db. 949 720 843,10 (novecentos e quarenta e nove milhões, setecentos e vinte mil, oitocentas e quarenta e três dobras e dez cêntimos), respeitantes a juros de aplicações bancárias, Db. 1 080 000,00 (um milhão e oitenta mil dobras) respeitantes a outras receitas, e Db. 1 267 187 013,43 (um bilião, duzentos e sessenta e sete milhões, cento e oitenta e sete mil, treze dobras e quarenta e três cêntimos), respeitantes a diferença de câmbio favorável, que acrescido do saldo transitado da exercício anterior, no já referido montante de Db. 13 586 222 416,42 (treze biliões, quinhentos e oitenta e seis milhões, duzentos e vinte e dois mil, quatrocentos e dezasseis dobras e quarenta e dois cêntimos), totaliza Db. 20 267 190 086,52 (vinte biliões, duzentos e sessenta e sete milhões, cento noventa mil, oitenta e seis dobras e cinquenta e dois cêntimos.

Quanto à despesa, esta atingiu o montante de Db. 12 707 522 782,37 (doze biliões, setecentos e sete milhões, quinhentos e vinte e dois mil, setecentos e oitenta e duas dobras e trinta e sete cêntimos), sendo despesas com o pessoal de Db. 5 541 289 290,65 (cinco biliões, quinhentos e quarenta e um milhões, duzentos e oitenta e nove mil, duzentos e noventa dobras, e sessenta e cinco cêntimos) e Db. 417 913 250,00 (quatrocentos e dezassete milhões, novecentos e treze mil e duzentas e cinquenta dobras), respeitante a parte de encargos com a realização da VI Assembleia da OISC/CPLP, Db. 6 748 320 241,72, (seis biliões, setecentos e quarenta e oito milhões, trezentos e vinte mil, duzentas e quarenta e uma dobras e setenta e dois cêntimos), de outros encargos, incluindo Db. 3 228 868 752,00 (três biliões, duzentos e vinte e oito milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, setecentas e cinquenta e duas dobras) de emolumentos com o pessoal, Db. 752 870 000,00 (setecentas e cinquenta e dois milhões, oitocentas e setenta mil dobras) em maquinarias, equipamentos informáticos e outros bens de capital, Db. 569 644 558,00, (quinhentos e sessenta e nove milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, quinhentas e cinquenta e oito dobras), respeitante à realização de missões e formações no exterior, Db. 381 335 689,00 (trezentos e oitenta e um milhões, trezentos e trinta e cinco mil, seiscentas e oitenta e nove dobras), respeitante a encargos com água e energia, Db. 327 684 700,00, (trezentos e vinte e sete milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil e setecentas dobras), respeitante a parte dos encargos com a realização da VI Assembleia da OISC/CPLP, suportada pelo Cofre, Db. 254 171 500,00 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, cento e setenta e um mil e quinhentas dobras), respeitante a encargos com combustíveis e lubrificantes para o gerador eléctrico e viaturas, Db. 145 513 447,00 (cento e quarenta e cinco milhões, quinhentos e treze mil, quatrocentos e quarenta e sete dobras), respeitante a encargos com comunicação telefónica e internet, Db. 111 958 500,00, (cento e onze milhões, novecentos e cinquenta e oito mil e quinhentas dobras), respeitante a encargos com a manutenção e conservação dos transportes, Db. 89 967 000,00 (oitenta e nove milhões, novecentos e sessenta e sete mil dobras), respeitante a encargos com material de consumo de secretaria, Db. 80 000 000,00 (oitenta milhões de dobras), respeitante a encargos com a realização da auditoria às contas do Tribunal e Db. 806 306 495,72 (oitocentos e seis milhões, trezentos e seis mil, quatrocentas e noventa e cinco dobras e setenta e dois cêntimos), respeitantes a despesas diversas, tais como encargos com a segurança social, manutenção e conservação do edifício, dos equipamentos informáticos, e do sistema de frio, com a aquisição de artigos de higiene e conforto, e com a formação interna, dentre outros.

Assim, para o exercício seguinte transita um saldo de Db. 7 559 667 304,15 (sete biliões, quinhentos e cinquenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, trezentas e quatro dobras e quinze cêntimos).

## *4.3 - Outros Recursos*

Com mais de sete anos de existência, podem-se considerar supridas as necessidades básicas atinentes à instalação de uma instituição com as características do Tribunal de Contas. Porém, torna-se necessário que a mesma se mantenha a altura de fazer face às exigências crescentes que lhe são impostas, o que implica não só o recrutamento e adestramento de quadros como também o apetrechamento com os meios de trabalho indispensáveis ao correcto desempenho dos mesmos.

À semelhança do exercício precedente, ao longo do exercício de que é objecto o presente relatório, foram encetadas diligências visando a resolução do problema quer da aquisição dos equipamentos destinados à conclusão da rede, quer dos destinados a suprir os que pelo tempo de uso têm de ser abatidos à carga, mas tais diligências resultaram inúteis, face, à redução para cerca de um terço, de que foi objecto, o Orçamento do Tribunal de Contas.

O último terço do exercício a que se reporta o presente relatório conheceu um período de melhor cooperação institucional, particularmente no relacionamento com o Governo, pois com a entrada do XIV Governo constitucional foi possível restabelecer-se o clima de cooperação institucional absolutamente necessário para a governabilidade do País.

Foi, pois, graças a este novo clima e do diálogo institucional que permitiu reabrir, que o Tribunal de Contas, no âmbito das responsabilidades que lhe cabem no quadro da cooperação ao nível OISC/CPLP, acolheu em S. Tomé a VI Assembleia da Organização, evento que, na opinião dos participantes, se realizou com pleno êxito.

Por ser de justiça, não se pode deixar de aqui salientar, embora em tempo oportuno já tivesse sido igualmente destacado, mas porque o presente relatório representa a memória da instituição, fica aqui igualmente expresso o importante contributo do XIV Governo, no quadro da cooperação institucional, que em muito concorreu para o êxito alcançado.

# 5 – Conclusões e Perspectivas

A missão não só confiada, mas plenamente assumida pelo Tribunal de Contas, nunca se revelou fácil, mas mesmo assim a instituição nunca baixou os braços, mesmo nas circunstâncias em que se assistiu a uma espécie de cruzada, integrada por outros órgãos do Estado com obrigação de cooperar, mas cujos integrantes, nem sempre isentos das ações que cabem na alçada do Tribunal, preferiam outras alianças.

Mas porque o Tribunal tal como atrás referido nunca baixou os braços, pode hoje congratular-se, apesar do muito que ainda resta fazer, mas com o facto da sociedade, no seu conjunto entender e de forma clara que o esforço da maioria deve ser salvaguardado e por isso não resta outra alternativa senão cerrar fileiras no combate a todos quantos desviam ou se apropriam, em proveito próprio ou de grupos minoritários, dos bens e recursos pertencentes à colectividade.

A renovação do mandato da Assembleia Nacional e o Governo com o figurino com que ora se apresenta constituem oportunidade impar de concorrer para a clarificação das situações que embora fictícias, vêm no entanto sendo utilizadas para entorpecer a marcha do Tribunal de Contas, como é o caso da ausência de diploma regulamentar do Procedimento ao nível do Tribunal Constitucional, da necessidade de clarificação das competências do Tribunal de Contas em matéria de responsabilização financeira, para que uma vez por todas sejam deitadas por terra as falácias atrás das quais se escondem, quantas vezes, receios de prestação de contas por cometimento de ilicitudes no desempenho de funções de alto nível mesmo nas instituições de cujo desempenho muito mais e melhor se espera.

Como referido no relatório do exercício anterior, não seria realista dizer-se que os resultados alcançados correspondem aos cem por cento, mas o importante e também irrefutável é que graças às acções do Tribunal e muito particularmente o papel pedagógico que vem exercendo desde a sua instituição, permitiu introduzir, de forma inequívoca, maior disciplina no recrutamento do pessoal da função pública, clarificar a situação de vínculo de um grande número de funcionários a ele afectos, cujos vínculos eram de carácter precário e, por isso, com prejuízos para os próprios interessados, e permitir ao Estado inteirar-se de quem é que efectivamente está ao seu serviço, onde e com que tipo de vínculo.

Porém, atendendo ao elevado grau de desorganização existente, ainda não é possível dar-se por concluído o processo nos sectores onde o efectivo é maior, como são os casos de Educação e da Saúde.

As relações do Estado com terceiros também passaram a conhecer melhoria no âmbito da contratação, mediante introdução de maior disciplina, seja para a prestação de serviços, seja para aquisição de bens ou mesmo para alienação dos bens inseridos no património do Estado, com particular realce para os meios de transporte.

No entanto, não se pode deixar de referir que se está ainda aquém da meta que se propõe atingir, que é a organização e disciplina da Administração do Estado. Pois, do mesmo modo que se registam avanços notam-se também fenómenos inversos e preocupantes, tais como concessões de grandes extensões de terra e de infra-estruturas importantes do sector empresarial do Estado sem que os respectivos contratos sejam submetidos ao visto do Tribunal de Contas tal como determina a Lei.

Pois, não será demais salientar que ninguém está autorizado a engajar o Estado são-tomense em contratos que não tenham sido objecto de visto do Tribunal de Contas.

Já remontam a um número elevado de casos de contratos assinados por cidadãos engajando o Estado, sem que tenham sido objeto de visto e que a posteriori só vieram impor ao Estado obrigações indemnizatórias em somas avultadas e que se traduzem em facturas a pagar por todos os contribuintes, quando muitas vezes o País, como tal nenhum benefício recolheu das assinaturas de tais contratos.

Não restam pois dúvidas que o Estado ao instituir um órgão com as atribuições e competências do Tribunal de Contas visa a melhoria da gestão dos recursos públicos estabelecendo a necessária disciplina e correcção na sua utilização. Ao invés de recear a presença ou actuação do Tribunal de Contas, os que são chamados a gerir os bens e dinheiros públicos devem adoptar uma postura de gestão, de conformidade com as normas estabelecidas, pois, que deste modo, estarão no caminho certo e certamente evitarão dissabores para si próprios.

Sem descurar a exigência no cumprimento da lei, o Tribunal de Contas mantém-se no entanto aberto a prosseguir, no futuro, com a sua acção pedagógica, dispondo-se a manter a abertura para o diálogo e colaboração com os órgãos que revelarem idêntica abertura para o efeito.

Muitas das acções perspectivadas nos exercícios anteriores e no entretanto não materializadas irão ser retomadas com vista à sua materialização no exercício que se segue, a saber:

- Retoma das diligências junto dos organismos competentes visando encontrar o financiamento do projecto de construção do edifício do Palácio da Justiça onde se situa a sede do Tribunal;

- Intensificação das acções de informação, formação e sensibilização acerca do papel de controlo do Tribunal de Contas;

- Seguimento e controlo da execução do Orçamento Geral do Estado e do nível de observância das respectivas disposições legais e regulamentares;

- Prosseguimento das acções tendentes à divulgação das actividades do Tribunal, através de página própria na Internet, para além das actuais edições gráficas do Boletim Informativo mensal e da revista semestral;

- Conclusão do estabelecimento da base de dados relativo aos exactores das finanças públicas e de todos os responsáveis pelos bens patrimoniais do Estado;

- Prosseguimento das acções visando a modernização dos serviços incluindo a sua gradual informatização;

A concretização dos objectivos acima referidos está perfeitamente ao nosso alcance, tornando-se no entanto necessário a mobilização e empenhamento de todos e particularmente dos que fizeram opção pelo Tribunal de Contas como local de sua realização profissional.

Resta-me, por isso deixar uma palavra de reconhecimento e de apreço por quantos com empenhamento e dedicação deram o seu melhor para que se sagrassem positivos os resultados alcançados durante o exercício findo.

Ao concluir, porque para além do esforço interno, o resultado obtido deveu-se também ao concurso prestado por outras entidades e sectores, gostaria de aproveitar o ensejo para igualmente lhes expressar em nome do colectivo do Tribunal de Contas, o nosso reconhecimento.

A todos queremos manifestar os nossos agradecimentos e reconhecimento e dizer-lhes que o Tribunal de Contas mantém-se firme na sua vocação que é servir S. Tomé e Príncipe e, por isso, aqueles que nele prestam serviço, como é o caso dos Magistrados e Funcionários que o integram gostariam de poder continuar a contar com a cooperação de todos, para que os objectivos fixados para o novo exercício sejam igualmente atingidos.

A todos o nosso muito obrigado.

Publique-se, tal como disposto no n.º 2 do art.º 79 do Regulamento do Tribunal de Contas, publicado no Diário da República n.º 15, de 27 de Outubro de 2003 e enviem-se cópias a Sua Excelência o Presidente da República, à Assembleia Nacional e ao Governo.

São Tomé, 18 de Maio de 2011.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

/ FRANCISCO FORTUNATO PIRES /

= Presidente do Tribunal de Contas =